



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA DO LIVRAMENTO REIS DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NA COMUNIDADE CRUZ DA MENINA-PB**

**GUARABIRA/PB
2019**

MARIA DO LIVRAMENTO REIS DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NA COMUNIDADE CRUZ DA MENINA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da educação e formação docente.

Orientadora: Prof.^a Ms. Sheila Gomes de Melo

**GUARABIRA/PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586 Silva, Maria do Livramento Reis da.
Educação escolar Quilombola [manuscrito] : análise das práticas pedagógicas na comunidade Cruz da Menina -PB / Maria do Livramento Reis da Silva. - 2019.
48 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Lei 10639/03. 2. Educação Quilombola. 3.
Práticas Pedagógicas. I. Título
21. ed. CDD 372.86

MARIA DO LIVRAMENTO REIS DA SILVA

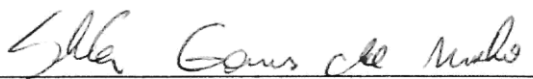
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NA COMUNIDADE CRUZ DA MENINA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao
Departamento de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciada em Pedagogia.

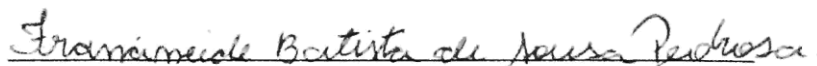
Área de concentração: Fundamentos da
educação e formação docente.

Aprovada em: 28/11/2019.

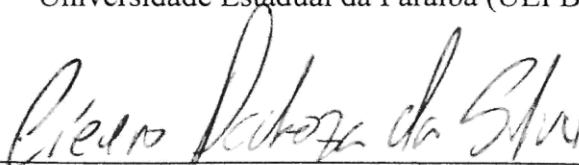
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms.^a. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ms.^a. Francineide Batista de Sousa Pedrosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Cícero Pedroza da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus pela vitória alcançada e a minha família por todo apoio, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o autor da vida por me guiar em cada momento desta caminhada me permitindo realizar este sonho.

Aos meus pais Edileusa e Geraldo por toda dedicação e carinho, por serem minha base e terem me incentivado e me apoiado em todos os momentos.

A minha orientadora Sheila Gomes, por toda atenção e contribuição para a realização deste trabalho.

A toda minha família, em especial aos meus irmãos pelo incentivo e apoio que em mim depositaram.

Ao meu namorado por toda compreensão e por ter me ajudado sempre que precisei.

A turma 2014.2 que se tornou minha segunda família e juntos compartilhamos momentos que jamais serão esquecidos.

Aos meus amigos Letícia, Maria José e Walberto pelo apoio, paciência e por todos os momentos que compartilhamos juntos.

Aos docentes do curso de pedagogia por terem compartilhado tantos conhecimentos contribuindo para a minha formação pessoal e profissional.

A docente da escola pesquisada e a Secretaria Municipal de Educação por toda contribuição.

Aos funcionários da UEPB pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada!

[...] a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17)

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar se a história e cultura da população afro-brasileira e da comunidade quilombola Cruz da Menina, localizada na zona rural do município de Dona Inês- PB estão sendo trabalhadas em sala de aula. Para isso, trataremos para a discussão a importância de uma educação específica para as escolas localizadas em comunidades quilombolas e a necessidade da escola contribuir para a valorização da diversidade e afirmação da identidade negra, com a aplicação da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), pois vivemos em um país com uma grande diversidade étnica e cultural, que na maioria das vezes não é contemplada no ambiente escolar. Ressaltamos também, a importância de escola e comunidade manter diálogo para que juntas atuem na luta contra o preconceito, racismo e discriminação, contribuindo assim, para os alunos sentirem orgulho de suas origens, reconhecendo-se como parte importante da história. A pesquisa utilizará a abordagem qualitativa, realizada através da pesquisa de campo e também é um estudo de caso. No que tange a parte teórico-metodológica nos apoiamos nos estudos de Munanga (2005), Silva (2007), Gomes (2003,2011), Conceição (2015) dentre outros e nos documentos oficiais, Brasil (1988), Brasil (2003), Brasil (2004) e Brasil (2012). Para a coleta de dados foram utilizadas observações e entrevistas com uma professora e um gestor municipal, além das observações das práticas desenvolvidas na escola. Notamos que, a docente e o secretário municipal têm conhecimentos sobre os documentos legais e a necessidade de uma educação igualitária que respeite os povos quilombolas. Notamos ainda, que ações são pensadas para proporcionar aos alunos uma boa aprendizagem, buscando aproximar os conteúdos com as suas vivências.

Palavras-Chave: Lei 10639/03. Educação Quilombola. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze whether the history and culture of the Afro-Brazilian population and the quilombola community Cruz da Girl, located in the rural area of Dona Inês-PB are being worked in the classroom. For this, we will bring to the discussion the importance of a specific education for schools located in quilombola communities and the need for the school to contribute to the appreciation of diversity and affirmation of black identity, with the application of law 10.639 / 03 (BRAZIL, 2003), therefore we live in a country with a great ethnic and cultural diversity, which in most cases is not contemplated in the school. We also emphasize the importance of school and community maintaining dialogue so that together act in the fight against prejudice, racism and discrimination, thus contributing to the students being proud of their origins, recognizing themselves as an important part of history. The research will use the qualitative approach conducted through field research and is also a case study. Regarding the theoretical and methodological part we support the studies of Munanga (2005), Silva (2007), Gomes (2003,2011), Conceição (2015) among others and the official documents, Brazil (1988), Brazil (2003), Brazil (2004) and Brazil (2012). For data collection, were used observations and interviews with a teacher and a municipal manager as well as observations of the practices developed in the school. We note that the teacher and the municipal secretary have knowledge about legal documents and the need for an egalitarian education that respects the quilombola peoples. We also note that actions are designed to provide students with a good learning, seeking to approximate the contents with their experiences.

Keywords: Law 10639/03. Quiombola Education. Pedagogical practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Entrada da escola.....	34
Figura 2 –	Alfabeto exposto.....	35
Figura 3 –	Visita á comunidade.....	37
Figura 4 –	Ensaio para apresentação do projeto.....	37
Figura 5 –	Apresentação da dança maculêê.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEEQ	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola
FCP	Fundação Cultural dos Palmares
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	EDUCAÇÃO E RESPEITO Á DIVERSIDADE: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO.....	16
2.1	Educação Quilombola: valorização histórica e cultural.....	19
2.2	A Lei 10639/03 e a necessidade de análise nos currículos escolares	20
3	O PAPEL DA ESCOLA NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA.....	23
3.1	A representação negra e quilombola nos livros didáticos: a importância de materiais específicos.....	25
3.2	O Projeto Político Pedagógico e a questão étnico-racial.....	27
4	METODOLOGIA	28
4.1	Caracterização do campo de pesquisa.....	29
4.2	Sujeitos envolvidos.....	30
4.3	Instrumentos e técnicas utilizados.....	30
4.4	Procedimentos.....	32
4.5	Análise dos dados.....	33
4.5.1	Observações.....	33
4.5.2	Entrevistas.....	34
5	A APLICABILIDADE DA LEI 10639/03 E DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	36
5.1	A participação da comunidade para a construção de propostas pedagógicas e do PPP.....	38
5.2	Análise do Projeto Político Pedagógico.....	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICE.....	48

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é um direito de todos, garantido e assegurado por lei (BRASIL, 1988). Porém, nem sempre foi assim, em um passado não tão distante a educação era destinada apenas para pequenos grupos, principalmente aqueles que possuíam um maior poder aquisitivo. Ao longo dos anos, muitos movimentos surgiram e esses foram responsáveis por lutar por uma educação igualitária e de qualidade e por isso, a mesma deve ser pensada de forma a atender as necessidades dos mais diferentes públicos.

A educação escolar deve contribuir para a formação integral do ser humano, dando a esse o direito de construir seus conhecimentos e utilizá-los na sociedade na qual se encontra inserido. Para que a educação exerça seu papel de formadora e transformadora ela precisa ser pensada de forma específica, tendo em vista que, somos um país heterogêneo com uma grande diversidade étnica e cultural.

Diante disso, destacamos a resistência, a luta e as reivindicações da população negra que foram fundamentais para que fossem criadas e sancionadas leis específicas, com o intuito de diminuir o racismo e garantir uma educação que respeite os diferentes grupos étnicos, para que assim, esses grupos tenham de fato o direito de preservar e valorizar sua identidade, cultura e tradições.

Uma das leis que busca contribuir para a diminuição do preconceito no ambiente escolar e preservação cultural é a lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Fruto de muitas lutas, principalmente do movimento negro, a lei é considerada um avanço para que possam ser reconhecidas as lutas e as contribuições dos negros na formação e desenvolvimento do país nos mais diferentes aspectos, possibilitando aos alunos conhecer melhor sua própria história e se reconhecer como parte importante da história. A lei se configura como uma conquista importante, depois de anos de invisibilidades da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

Um dos grupos que aos poucos vem lutando e alcançando conquistas são os povos quilombolas. Sabemos que as comunidades quilombolas foram formadas inicialmente por escravizados que conseguiam fugir da opressão e dos maus tratos e buscavam um refúgio, tornando-se um dos primeiros locais de resistência. Ao longo dos anos, de acordo com Silva (2014), o termo quilombola passou por releituras e adquiriu outros significados, passando a ser visto como sujeitos de direito. Atualmente a população quilombola luta para preservar sua identidade, história e cultura e a educação pode e deve contribuir para isso.

A educação nas comunidades quilombolas vem sendo discutida, e apesar de ser uma discussão ainda recente, já é possível notar alguns avanços, a exemplo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) que destacam a importância de respeitar a diversidade cultural de cada comunidade e a necessidade de uma pedagogia própria e de docentes capacitados.

O presente trabalho é uma pesquisa sobre a educação escolar quilombola na comunidade Cruz da Menina, situada na zona rural do município de Dona Inês- PB. O interesse pelo tema surgiu ao longo do curso de pedagogia, onde tive a oportunidade de estar em contato e debatendo sobre a importância de uma educação que respeite e valorize as diversidades e contribua para preservação da identidade cultural da população negra. Diante disso, surgiu o interesse de pesquisar na Comunidade Cruz da Menina, que é um local que já visito há muitos anos e considero necessário que as crianças tenham conhecimento sobre a importância do seu povo, visto que, infelizmente nos livros didáticos a presença do negro (a) é marcada por estereótipo e nas mídias está sempre associado à condição de escravo ou de subalternos e não são mostradas as lutas e todas as contribuições que eles trouxeram e trazem para todos nós. Toda essa situação acaba contribuindo para a auto-rejeição, rejeição ao seu grupo e baixa autoestima. Além disso, influencia também na aprendizagem, pois o contato com a história negativa e imagens estereotipadas desmotivam e desestimulam, podendo causar evasões.

Sabemos que infelizmente o nosso país traz como uma de suas marcas negativas o racismo, e as escolas que deveriam ser espaços de valorização, respeito e igualdade, na maioria das vezes, acabam reproduzindo desigualdades. Um exemplo disso é o aluno negro ter acesso a conteúdos que não fazem parte da sua realidade e que infelizmente mostram o negro como inferior. Isso acontece porque, segundo Munanga (2005) somos produtos de uma educação eurocêntrica o que pode contribuir para a reprodução dos preconceitos que permeiam nossa sociedade. Nesse contexto, podemos notar a importância de uma educação que respeite e que contribua para o reconhecimento e a valorização e não para mais exclusão.

Vale ressaltar que mesmo com a aprovação e vigor da lei que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas (BRASIL, 2003), poucas mudanças ocorreram de fato nos currículos por isso, os alunos acabam não tendo conhecimento sobre a importância da sua cultura e história. Pensando nisso, observo a importância que a educação exerce para a conscientização sobre essa questão e para que os alunos negros sintam orgulho de suas origens e que os não negros possam conhecer e aprender a respeitar.

Diante disso, a pesquisa parte da seguinte indagação: Na escola estão sendo trabalhados conteúdos ligados à realidade dos alunos e que respeite e valorize a história e cultura local?

Portanto, o objetivo geral é analisar se a história e cultura da população afro-brasileira e da comunidade quilombola Cruz da Menina, localizada na zona rural do município de Dona Inês- PB estão sendo trabalhadas em sala de aula. Para isso, buscaremos como objetivos específicos: conhecer a história da comunidade e o cotidiano na escola, identificar quais os conteúdos são trabalhados nas aulas e verificar as estratégias utilizadas para aproximar os fazeres e as experiências da comunidade com os conteúdos escolares.

A educação escolar e o conhecimento científico exercem papel importante na sociedade, porém é preciso compreender que o saber adquirido na comunidade, na troca de experiências, nos conhecimentos passados de geração para geração precisam ser contemplados pela escola. Pensar em uma educação que valorize as tradições e aproximar a realidade e a experiência que os educandos vivem fora da sala de aula com os conteúdos é fundamental para garantir uma boa aprendizagem, formando cidadãos e cidadãs que se identifiquem com suas origens, contribuindo para uma sociedade que inclua e respeite.

Em relação à estrutura do trabalho, o mesmo encontra-se dividido em cinco capítulos. O primeiro consiste nos elementos introdutórios. O segundo capítulo discute a importância do diálogo entre educação e respeito a diversidade, considerando que a educação exerce um papel importante na formação de cidadãos e cidadãs conscientes do seu papel e do respeito às diferenças existentes entre os povos. O terceiro capítulo destaca o papel da escola para a afirmação e o fortalecimento da identidade quilombola trazendo a reflexão sobre a importância de uma educação específica para esse grupo étnico-racial e a necessidade da escola e comunidade manterem um diálogo com o objetivo de contribuir para a valorização da identidade negra, formando cidadãos que conheçam sua história, a luta e as contribuições do seu povo na formação do país. O quarto capítulo aponta, os aspectos metodológicos para a execução da pesquisa, os instrumentos utilizados, procedimentos para a coleta de dados e as análises dos dados obtidos. O quinto capítulo traz, a apresentação das considerações finais, que apontam os resultados obtidos na pesquisa.

No que tange a parte teórica, nos baseamos nos estudos de Munanga (2005), Silva (2007), Gomes (2003,2011), Conceição (2015) dentre outros e nos documentos oficiais, Brasil (1988), Brasil (2003), Brasil (2004) e Brasil (2012).

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E RESPEITO À DIVERSIDADE: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

A Educação exerce papel importante no desenvolvimento do ser humano, através dela é possível formar cidadãos e cidadãs críticos e conscientes do seu papel na sociedade. Entendida como um direito e comprometida com mudanças sociais, a Educação precisa promover o respeito e contemplar a diversidade, possibilitando a aprendizagem e a valorização da história e cultura dos diferentes povos que formam o nosso país, particularmente os grupos étnico-raciais.

A população negra é vítima de invisibilidades e o mito de que vivemos em uma democracia racial “mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros” (BRASIL, 2004) contribuiu para a formação de uma sociedade injusta e desigual. Esse mito tenta ocultar que no nosso país existe racismo, preconceito e discriminação contra os negros e faz parecer que existe tolerância, mas sabemos que na realidade as coisas funcionam de maneira diferente.

Sabemos que, infelizmente, o nosso país tem uma dívida histórica com os negros (as) por tantos anos de sofrimento e direitos negados. Uma sociedade que tem na sua história tantos anos de escravidão precisa desenvolver políticas públicas que reparem o histórico de sofrimento, invisibilidades, exclusão e que promovam a igualdade.

Uma das ações pensadas para reparar essa dívida histórica são as cotas, que são um tipo de ação afirmativa com o objetivo de diminuir as desigualdades existentes. Segundo Domingues (2005) as cotas podem ser definidas como a reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população, principalmente no acesso à universidade.

As cotas no Brasil se tornaram conhecidas nos anos 2000, mas apenas em 2004 foi implantado pela Universidade de Brasília (UnB) o sistema de cotas raciais, voltada para os negros.

A lei 12.711/12 (BRASIL, 2012) conhecida como a Lei de Cotas, garante vagas em universidades públicas para alunos que tenham cursado o ensino médio em instituições públicas. No que tange a reserva de vagas para os grupos étnico-raciais:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012)

Notamos que as cotas representam um avanço para reparar a dívida histórica que a sociedade brasileira tem para com os negros (as) e que não representam um privilégio, afinal foram anos de direitos negados e desigualdades que ainda não foram reparados.

Percebemos que os negros (as) sempre permaneceram na luta por seus direitos, além das cotas a luta dos movimentos sociais, particularmente do movimento negro, foram fundamentais para que fossem sancionadas outras leis importantes, principalmente no âmbito educacional. Como exemplo, temos a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. (BRASIL, 2004); as referidas leis serão discutidas mais detalhadamente, no item 2.2.

As leis citadas acima representam um avanço no que diz respeito à promoção da equidade racial, em especial no ambiente escolar. É preciso desenvolver ações que garantam o direito de acesso e permanência na escola. A esse respeito vale salientar que:

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes. (BRASIL, 2004, p.11)

Percebemos que há uma preocupação em implementar políticas de reparação¹ o que representa um importante passo para a promoção de uma educação que respeite e inclua. Sobre as leis é possível afirmar que:

Tais ações no campo da política educacional devem ser compreendidas como respostas do Estado às reivindicações políticas do Movimento Negro. A sua efetivação, de fato, em programas e práticas educacionais tem sido uma das atuais demandas deste movimento social. A história política brasileira nos revela que entre as intenções das legislações antirracistas e a sua efetivação na realidade social há sempre distâncias, avanços e limites, os quais precisam ser acompanhados pelos cidadãos e cidadãs brasileiros e pelos movimentos sociais por meio por um efetivo controle público. (GOMES, 2011, p.115)

¹ Política de reparação é uma medida adotada por sujeitos que violam direitos. No caso da política educacional, o Estado Brasileiro reconhece que violou durante séculos o direito humano à educação aos negros e estabelece ações e metas com o objetivo de corrigir a violação cometida historicamente (SILVA, 2007).

Notamos que as leis, são um importante passo para o reconhecimento social e a valorização da diversidade na escola e conseqüentemente na sociedade. Abordar a diversidade em sala de aula é fundamental e indispensável, pois, vivemos em um país multicultural e pluriétnico, entretanto, o que observamos é que na própria escola que deveria ser um espaço para a valorização das diversidades e afirmação das identidades, uma cultura é supervalorizada, enquanto as demais são vistas como inferiores. É comum vermos a cultura eurocêntrica recebendo destaque, enquanto a história e cultura dos grupos étnico-raciais pouco é citada. Sobre essa questão é possível afirmar que:

[...] Durante muito tempo, a educação esteve submetida a um mecanismo de exclusão e divisão sócio cultural da população negra, uma vez que, o currículo eurocêntrico marca da educação escolar em nosso país, valoriza a cultura branca em detrimento da cultura negra, negando as vivências desta população. (CONCEIÇÃO, 2015, p.21)

Vale ressaltar que, mudanças em relação a essa questão estão acontecendo, porém ainda se configuram como um desafio. Falar em diversidade é reconhecer e respeitar as diferenças existentes entre a população brasileira, e para que esse reconhecimento de fato aconteça é preciso lutar para combater um elemento que foi herança do regime escravocrata e que infelizmente é marca na nossa sociedade e está presente no ambiente escolar: o racismo. Esse elemento é responsável por despertar nos negros (as) um sentimento de inferioridade e pode ser entendido como:

[...] um comportamento, uma ação que é resultado da aversão, algumas vezes ódio, para com as pessoas que tem uma pertença racial que é possível observar, por meio de traços como cor da pele, tipo de cabelo, forma dos olhos, entre outras, resulta da crença da existência de raças ou tipos humanos superiores e inferiores, na tentativa de se impor como única ou verdadeira (TELES, 2010 p.46 *apud* GOMES, 2005)

Notamos que o racismo é uma tentativa de impor a ideia de que existem raças humanas e que uma é superior às outras. Esse comportamento é muito prejudicial e um dos responsáveis por uma sociedade tão desigual e por tantos brasileiros (as) negros (as) negarem sua identidade.

É preciso corrigir as desigualdades que incidem sobre os grupos étnico-raciais. Percebemos que avançamos um pouco nessa questão, porém, ainda há muito para ser feito, pois, até hoje mesmo com a aprovação das leis citadas, a verdadeira história dos negros ainda é ocultada nas aulas e falamos dos negros como se eles fossem inferiores. O que não é abordado, é que os negros (as) que aqui estiveram foram escravizados, forçados a vir para o Brasil e trabalhar em condições desumanas, porém infelizmente esse lado da história acaba sendo silenciado nas salas de aula o que contribui para que sejam reproduzidas práticas

discriminatórias. Talvez essa seja a resposta para que durante tantos anos os negros tenham que conviver com tanto racismo. Diante disso, é necessário que as leis sejam de fato implementadas nos currículos e que sejam repensadas as formas de abordar a temática étnico-racial. Nesse aspecto, Gomes (2003 p.74) esclarece que:

Avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo significa romper com a ideia de homogeneidade e uniformização que ainda impera no campo educacional. Representa entender a educação para além do seu aspecto institucional e compreendê-la dentro do processo de desenvolvimento humano. Isso nos coloca diante dos diversos espaços sociais e nos convida a extrapolar os muros da escola e a ressignificar a prática educativa, a relação com o conhecimento, o currículo e a comunidade escolar. (GOMES, 2003, p.74-75)

Diante do que foi exposto, traremos para a discussão a importância de uma educação que valorize e respeite os valores étnico-raciais e que contribua para a afirmação da identidade negra, direcionando os olhares para a educação escolar quilombola.

2.1 Educação Quilombola: valorização histórica e cultural

Nas comunidades quilombolas o respeito à cultura e as tradições é algo passado de geração para geração por meio das relações estabelecidas. Nesse contexto, “a educação quilombola é compreendida como um processo amplo - que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade” (SILVA, 2007 p.7). Ou seja, é a valorização da cultura e do saber popular. Ela é própria da comunidade e ocorre na troca de experiências no dia-a-dia e na socialização de saberes, tradições, formas de organização, etc.

Portanto, vale ressaltar que existem diferenças entre o saber adquirido nas comunidades quilombolas, com o conhecimento adquirido nas escolas. A esse respeito vale ressaltar que:

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e informal e, no segundo, o saber não está referenciado na experiência do aluno. Isso ocorre, sobretudo, pelo fato de que a experiência educativa das comunidades leva em conta os valores de sua própria história, enquanto na escola os valores da cultura dominante, ou seja, o saber sistematizado, são impostos como únicos, sem qualquer referência às historicidades vividas e aprendidas pelos alunos em seu contexto de origem. (MOURA, 2005 p. 72).

Nesse contexto, pensar em uma educação escolar quilombola, implica reconhecer que as crianças quando chegam à escola já trazem consigo conhecimentos fruto das suas vivências, da observação, das brincadeiras, ou seja, do contato com sua cultura. Por isso, é preciso entender que:

A Educação Escolar Quilombola não pode ser pensada somente levando-se em conta os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que acompanham a configuração das políticas educacionais. A sua implementação deverá ser sempre acompanhada de consulta prévia e informada realizada pelo poder público junto às comunidades quilombolas e suas organizações. (BRASIL, 2012 p.12)

Desta forma, é necessário que para garantir que os alunos e alunas tenham uma boa aprendizagem exista uma troca de experiências entre a escola e a comunidade, com o intuito de valorizar esse conhecimento. É preciso que ambos estabeleçam um diálogo para que assim, seja possível pensar em estratégias para valorizar e fortalecer a cultura e as tradições. É importante salientar que existe diversidade entre as comunidades, por isso, o planejamento tem que ser específico para cada uma delas. Para que isso aconteça é preciso que:

[...] professores/as nas suas respectivas áreas do saber no momento de construção do currículo escolar, devem contemplar os seguintes aspectos: a formação da comunidade, principalmente as experiências de luta dos quilombolas pela permanência na terra onde nasceram, cresceram e vivem. Nesse sentido as formas de aprendizagem e transmissão de saberes, assim como os tipos de saberes e suas aplicabilidades e uso na vida cotidiana devem ser valorizados. (CHAGAS, 2019, p.2)

A escola por ser um espaço sociocultural, precisa atuar no reconhecimento e aceitação das diferenças. Porém, infelizmente o que constatamos é que muitas vezes elas atuam como reprodutoras de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias. É de extrema importância que essa situação seja mudada e que o respeito e a valorização da diversidade sejam colocados em questão, sabemos que o assunto é complexo, porém necessário.

As escolas localizadas em comunidades remanescentes de quilombo precisam estar comprometidas em contribuir para que os alunos e alunas negros (as) se identifiquem positivamente com sua história e cultura e possam tornar-se cidadãos e cidadãs atuantes na luta pela garantia de direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária, preservando sua identidade étnica e cultural. Por isso, é preciso que sejam pensadas estratégias para desconstruir a imagem negativa do negro (a) que esteve tão presente na sociedade ao longo dos anos.

2.2 A Lei 10.639/03 e a necessidade de análise sobre os currículos escolares

Sancionada em 09 de janeiro de 2003, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) fruto de muitas lutas ao longo dos anos, principalmente do movimento negro, representa uma conquista importante no que diz respeito ao trato das relações étnico-raciais no ambiente escolar. Ela altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(BRASIL, 1996) mais precisamente os artigos 26- A e 79- B, tornando obrigatório incluir nos currículos dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam eles públicos ou privados o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, da seguinte forma:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (BRASIL, 2003)

Podemos afirmar que a lei é um marco importante para a construção de propostas que contemplem a diversidade e garantam uma educação igualitária para a população negra, vítimas de invisibilidades e desigualdades. Essa medida provocou significativas mudanças na educação brasileira, pois a lei prever que sejam ministrados conteúdos de valorização da cultura negra como formadora da nossa sociedade, visto que, durante muito tempo a história afro-brasileira e africana sempre foi lembrada nas aulas com o tema da escravidão e os negros (as) vistos como inferiores, o que influenciou para a negação da identidade negra. Nesse contexto, a legislação representa uma mudança no paradigma educacional que não reconhece as diferenças ou as inferioriza, para isso é preciso que todos estejam engajados para que a mudança não fique apenas na teoria e seja de fato colocada em prática.

Diante disso, para alcançar os objetivos propostos diversas mudanças precisam ser feitas, especialmente nos currículos que valorizam a educação eurocêntrica; na formação inicial e continuada de professores que não tiveram acesso à valorização da diversidade e da história e cultura afro-brasileira e nos materiais didáticos que em sua maioria excluem ou inferiorizam os negros.

Sabemos que mesmo após 16 anos da aprovação da lei, muitos profissionais de educação ainda consideram um desafio incluí-la nos currículos. Isso acontece porque, a responsabilidade de implementar a lei e contribuir para uma educação de qualidade e igualitária, que deveria ser de todos, acaba sendo apenas de um pequeno grupo. É preciso ressaltar que muitos dos docentes que estão atuando em sala de aula, não tiveram na sua formação o preparo necessário para trabalhar as questões étnico-raciais, desta forma, eles se deparam com uma grande dificuldade.

Para regulamentar a obrigatoriedade de incluir a história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL,2004). As Diretrizes representam mais uma conquista importante para fortalecer ainda mais a luta contra a desigualdade racial e a busca por uma sociedade justa e igualitária.

A lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) também institui o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. De acordo com Silva (2007), apesar de não ser uma lei específica para os quilombolas, se torna muito importante também para esses povos, afinal não tem como falar da história africana, sem lembrar-se da luta e da resistência negra contra a escravidão que tiveram início com a formação dos quilombos.

Por isso, é preciso que os currículos escolares incluam a temática afro-brasileira e africana para além do 20 de novembro.

CAPÍTULO 3

O PAPEL DA ESCOLA NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Vítimas de desigualdade e direitos negados por muitos anos, os povos quilombolas são exemplos de luta e resistência contra o racismo, pela terra, pelo respeito à história, diversidade e pelo direito a uma educação diferenciada, que contemple a realidade histórica, política e cultural das comunidades.

Os quilombos foram uma das primeiras formas de resistência contra o sistema escravista. São grupos étnicos que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, às tradições e práticas culturais próprias (BRASIL, 2003). Um dos quilombos mais conhecidos no Brasil é o Quilombo de Palmares, que foi um dos primeiros símbolos de resistência contra a escravidão e teve Zumbi como líder, ele foi um importante representante da luta negra. Foram mais de cem anos de existência e de lutas contra a escravidão. O quilombo foi destruído e seu líder morto no ano seguinte, mas precisamente em 20 de novembro, data que hoje é conhecida como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (BRASIL, 2011). A morte de Zumbi foi uma das formas de amedrontar e tentar parar a luta dos escravizados pela liberdade.

Apesar da luta e resistência dos negros (as) serem bem mais antiga, foi só a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que houve a regulamentação e o reconhecimento do direito à titulação das terras quilombolas, e com isso, o debate sobre comunidades remanescentes de quilombo ganharam o cenário nacional. Portanto, podemos firmar que os quilombos não se perderam no passado:

Eles se mantêm vivos, na atualidade, por meio da presença ativa das várias comunidades quilombolas existentes nas diferentes regiões do país. O direito a uma educação escolar que respeite e reconheça sua história, memória, tecnologias, territórios e conhecimentos tem sido uma das reivindicações históricas dessas comunidades e das organizações do movimento quilombola. (BRASIL, 2012, p.5-6)

Atualmente, segundo a Fundação Cultural Palmares² são 3.386 comunidades certificadas no Brasil. Todas têm sua história, seu modo de viver e de manter sua cultura. São povos que lutam diariamente por direitos. Essas questões precisam ser introduzidas nas escolas. Porém, as comunidades remanescentes de quilombo não recebem a visibilidade que merecem e as escolas quilombolas acabam não contemplando as riquezas culturais e a educação não formal. É de extrema importância que os currículos escolares sejam construídos

² Instituição pública voltada para a preservação dos valores negros na formação da sociedade brasileira.

pensando em conteúdos que contemplem a valorização da história, identidade e cultura negra e da comunidade.

Numa sociedade racista como a nossa, ainda é um desafio tratar as questões étnico-raciais no ambiente escolar. Muitas vezes situações de racismo acabam sendo ocultadas e esse tipo de situação não pode continuar acontecendo, não da para permitir que situações que inferiorizem os negros passem despercebidas. Por isso, os/as docentes precisam está preparados/as tanto para impedir qualquer manifestação de racismo, como para contribuir para a afirmação da identidade quilombola. Falar sobre identidade é buscar compreender a sua complexidade e importância, principalmente para os grupos étnico-raciais que foram e ainda são vítimas de invisibilidades, racismo e preconceitos. Sobre a identidade vale destacar que:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2012, p.41)

Diante disso, é preciso que a comunidade esteja em diálogo com a escola para aproximar as experiências vividas com o currículo escolar, contribuindo para a valorização e o fortalecimento da identidade. É nesse contexto que se torna necessário debater sobre a necessidade de uma educação específica, voltada para os grupos étnicos-raciais.

A educação nas comunidades remanescentes quilombolas vem sendo discutida nacionalmente e apesar de ser uma discussão ainda recente, alguns avanços já são notáveis. Podemos citar como exemplo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, que é orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação básica. Segundo as Diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2010, p. 46)

Percebemos que as diretrizes, citada acima, destacam a importância de respeitar a diversidade cultural das comunidades quilombolas, assim como, a importância de uma pedagogia própria e de docentes capacitados, para que assim, a escola contribua para o reconhecimento e respeito das particularidades da comunidade. Diante disso, destacamos que a escola deve ter esse contato direto com a história e cultura da comunidade, suas lutas, resistência, dificuldades enfrentadas e conquistas alcançadas. De acordo com Reis (2016) não

há como construir um Projeto Político Pedagógico sem contemplar as especificidades do contexto quilombola, por isso as diretrizes propõem uma educação diferenciada.

Uma educação diferenciada deve pensar em propostas educacionais que fortaleçam a identidade para que os alunos possam compreender quem são, de onde são e sua importância, que eles possam compreender o mundo a partir do local onde vivem e atuem para preservar sua cultura. Para que a identidade seja fortalecida é necessário que o diálogo entre docentes, alunos (as) e comunidade seja de fato estabelecido. Nesse contexto, a participação da família é indispensável. É preciso que haja uma parceria entre escola e família e que ambas possam definir metas e objetivos para garantir aos alunos e alunas uma aprendizagem de qualidade e o orgulho pelo seu pertencimento étnico-racial. Sabemos que muitos pais não conseguiram concluir os estudos e os que conseguiram não tiveram acesso a conteúdos que valorizassem sua cultura e tradições e que isso contribuiu para a negação de suas origens e para um sentimento de inferioridade. Por isso é importante essa participação dos pais dos alunos na decisão de propostas e estratégias de valorização da identidade negra e de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação. A família, a comunidade e a escola exercem papel importante na desconstrução da imagem negativa dos negros (as) representado pelas mídias e até mesmo pelo próprio livro didático.

3.1 A representação negra e quilombola nos livros didáticos: a importância de materiais específicos

Nas escolas, o livro didático é um dos materiais mais utilizados pelos docentes e na maioria das vezes, principalmente nas comunidades mais carentes, é o único material que os alunos têm acesso para leitura e pesquisas. Porém, o que acontece é que eles podem contribuir para o preconceito e a desvalorização da cultura negra. O objetivo aqui não é fazer uma crítica ao uso do livro didático, mas sim, refletir sobre a forma como os negros e quilombolas são retratados e como isso pode levar a um sentimento de auto rejeição pela identidade negra.

O que percebemos é que a cultura eurocêntrica é sempre valorizada e aparece como sendo superior. Em relação aos negros “sua presença sempre foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas” (SILVA, 2005 p.23). O aluno que tem acesso a esses materiais didáticos acaba não tendo contato com a verdadeira história do seu povo e a importante participação no desenvolvimento do país. Acabam aprendendo a admirar e a valorizar outra cultura e desenvolvendo um sentimento de inferioridade. Nessa perspectiva a formação da identidade acaba sendo afetada.

O que nos entristece é saber que a imagem do/da negro (a) seja tão desvalorizada e que eles estejam quase sempre associados e/ou desenvolvendo atividades subalternas, sendo que eles contribuíram e contribuem significativamente para o desenvolvimento do país. Basta olhar a nossa volta e perceber a influencia que eles tiveram, na culinária, no vocabulário, na dança e em tantos outros aspectos e que infelizmente não são contemplados nos materiais didáticos. Nos livros a representação dos negros aparece como se a participação deles na formação do país fosse insignificante e que a única função que eles tiveram aqui foi a de servir aos europeus.

No tocante a educação quilombola, pouco se fala sobre o assunto nos livros. Quando se fala em quilombo faz-se referência apenas ao quilombo dos Palmares, mas não é citado como e porque o quilombo foi formado, as lutas e a resistência contra a escravidão. Além disso, pouco se fala sobre as comunidades quilombolas contemporâneas e suas lutas constantes pela garantia de direitos.

É fato que infelizmente os livros didáticos acabam reproduzindo preconceitos e que muitas vezes passa despercebido pelos próprios professores, isso porque, muitos não estão preparados para trabalhar as questões étnico-raciais. Desta forma, é necessário que haja mais atenção em relação a essa questão e que atitudes possam ser tomadas para mudar essa situação. Os alunos (as) negros (as) precisam reconhecer que sua história e cultura são tão importantes quanto às outras. Por isso, é papel do professor, intervir e corrigir situações que os desrespeitem e/ou inferiorize. Sobre essa questão Munanga (2005, p.25) enfatiza que:

A presença do negro nos livros, freqüentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político, econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (MUNANGA, 2005, p.25)

Percebemos que a escola precisa mostrar a importância, a resistência e as lutas da população negra. Para isso, os professores precisam estar preparados para lidar com as questões étnico-raciais na sala de aula, e atuarem no combate ao racismo, a discriminação e o preconceito, mostrando que a diversidade é enriquecedora e que cada cultura tem sua importância, não existe superioridade, o que existe são diferenças que precisam ser respeitadas. Nesse contexto, torna-se necessário que os professores estejam preparados, para isso, as temáticas étnico-raciais devem estar presentes também no ensino superior, para que os professores possam ter já na formação inicial, a preparação necessária para atuar na luta por uma educação igualitária.

Vale ressaltar também, a necessidade de elaborar materiais específicos que contemplem a riqueza cultural e contribuam para a afirmação da identidade. Os materiais são importantes para dar suporte aos docentes e para que os alunos se identifiquem com os conteúdos.

3.2 O Projeto Político Pedagógico e a questão étnico-racial

Um dos documentos mais importantes da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) como o próprio nome já diz, norteia as ações políticas e pedagógicas. Tem a função de demonstrar quais os objetivos e as metas e quais as estratégias utilizadas para alcançá-las. Além disso:

O projeto político-pedagógico visa à eficácia que deve decorrer da aplicação técnica do conhecimento. Ele tem o cunho empírico-racional ou político-administrativo. Neste sentido, o projeto político-pedagógico é visto como um documento programático que reúne as principais idéias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa ou de um curso. (VEIGA, 2003, p.271)

Notamos que o PPP é um documento que contém informações relevantes sobre a escola e suas metas e por isso, ele tem função importante para a promoção de uma educação igualitária. Para isso, é preciso que ele seja um documento acessível à toda comunidade escolar.

Com as mudanças propostas pela Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) é preciso construir um PPP que contemple de maneira positiva a história e cultura afro-brasileira e que vá além das disciplinas de história, artes e literatura e abranja todo o currículo escolar.

Numa comunidade quilombola o PPP precisa contemplar aspectos e necessidades da comunidade. Diante disso, é preciso conhecer a realidade local e social, tornando-se assim, indispensável à participação da comunidade e de organizações quilombolas, para que sejam pensadas propostas que contemplem as especificidades locais.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

Pesquisar sobre educação escolar quilombola, analisando se a história e cultura afro-brasileira e da comunidade pesquisada estão sendo trabalhadas e de que forma, nos leva a utilizar uma abordagem de natureza qualitativa. Sobre esse tipo de abordagem destaca-se que:

Trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2008, p.21)

Desta forma, a abordagem permite uma relação mais próxima com o objeto de estudo, possibilitando ao pesquisador conhecer, compreender e analisar vários aspectos dentro do ambiente pesquisado. Por não se preocupar com quantidades, a pesquisa qualitativa permite observar e analisar comportamentos, atitudes, sentimentos, relações estabelecidas, entre outros elementos.

Dentro da abordagem qualitativa existem vários tipos de pesquisa tais como: etnográfica, documental, estudo de caso, etc. Desta forma, cabe ao pesquisador analisar qual delas é a melhor para investigar o problema e alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa será realizada em uma escola, por isso, a investigação será feita por meio da pesquisa de campo que segundo Rodrigues (2006) é realizada a partir de dados obtidos no mesmo local em que o fenômeno surgiu, ou seja, através da pesquisa de campo o pesquisador tem contato direto com o lócus de pesquisa.

Por estudar um único local, a pesquisa também é um estudo de caso, que de acordo com Gil (2008) é caracterizado pelo estudo profundo de um objeto, permitindo o conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso permite analisar detalhadamente o objeto escolhido. Dessa forma o pesquisador pode observar diversas situações para obter as informações necessárias para responder o seu problema de pesquisa, pois:

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2004, p. 33-34)

Notamos que no estudo de caso, por ser um estudo específico, e analisar o objeto dentro da sua realidade, permite recolher um grande número de informações e considerar diversas situações, por isso o pesquisador deve estar preparado também para descobertas inesperadas.

4.1. Caracterização do campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola quilombola, localizada na comunidade Cruz da Menina, situada na zona rural do município de Dona Inês – PB. A mesma foi reconhecida como Remanescente de Quilombo, em 26 de Março de 2008.

A comunidade começou ser povoada por volta de 1850 e era conhecida como “Tapuio”, porém, em 1956 recebeu o nome de “Cruz da Menina”, em homenagem a menina Dulce, que faleceu no local, após viajar com os pais por muitos quilômetros. A história foi passada de geração para geração e é relatado que naquela época as pessoas da comunidade viviam uma situação de extrema pobreza e enfrentavam uma grande seca. Os pais da menina chegaram a pedir água a um fazendeiro da região que negou, eles andaram por mais alguns minutos e encontraram uma vertente de água, porém a menina não resistiu e faleceu no local.

Foi então erguida uma cruz perto da pequena vertente de água, onde as pessoas buscavam água e bebiam pedindo a menina que lhes dessem a cura e assim começaram os primeiros “milagres”. Mais tarde, foi construída uma pequena capela. A partir daí, todos os anos, no dia 1º de novembro são feitas muitas peregrinações e muitas promessas são pagas por pessoas que acreditam que a “Menina Dulce é uma Santa”.³

De acordo com dados de 2018, moravam na comunidade 90 famílias, com um total de 239 habitantes⁴. É uma comunidade pequena, que durante anos foi esquecida pelo poder público.

Ao longo dos anos a comunidade alcançou avanços importantes, a escola é uma delas. Fundada em 19 de abril de 1999, a escola quilombola oferta, atualmente, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, com turmas do pré ao 5º ano. No ano letivo de 2019 estão matriculados 33 alunos, sendo 17 no turno da manhã (do pré ao 1º ano) e 16 no turno da tarde (do 1º ao 5º ano). Vale ressaltar que, devido ao número reduzido de alunos, as turmas são multisseriadas, ou seja, é uma sala de aula que recebe alunos com idades diferentes e em

³ Levantamento histórico presente no PPP (2019)

⁴ Dados da agente de saúde da comunidade (2018)

séries distintas, em uma única sala de aula foi possível encontrar alunos do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano.

A escola tem uma boa estrutura e está bem conservada, atualmente dispõe das seguintes instalações: duas salas de aula (mas apenas uma é utilizada, a outra esta sendo usada como espaço para os ensaios de um projeto que está sendo desenvolvido), um refeitório, uma cozinha, uma dispensa, dois banheiros, uma secretaria e um laboratório de informática.

4.2. Sujeitos envolvidos na pesquisa

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são: a professora da escola, que leciona em uma turma multisseriada, e um representante da Secretaria Municipal de Educação, o secretário adjunto do município de Dona Inês.

A escolha se deu em razão da professora exercer papel importante no que diz respeito à aprendizagem das crianças para a valorização da história e cultura do seu povo. Graduada em História e com especialização em História do Brasil e Educação Especial, a mesma atua na escola há mais de 10 anos e conhece bem a história e cultura da comunidade. O interesse em ouvi-la se deu por ela ser uma das pessoas que mais tem contato com as crianças da comunidade e ser uma das responsáveis pelos conteúdos trabalhados em sala de aula.

A professora é também presidente do conselho escolar que é responsável por resolver as questões referentes à escola, visto que não existe uma equipe gestora que esteja presente diariamente.

Por se tratar de uma educação diferenciada onde diversos sujeitos precisam estar envolvidos para promover uma educação de qualidade e igualitária, consideramos pertinente ter contato com a secretaria de educação, visto que, são responsáveis também por buscar promover uma educação que valorize e respeite a cultura quilombola.

4.3. Instrumentos e técnicas utilizados

Uma das fases mais importante da pesquisa é a coleta de dados, esse é o momento que o pesquisador colhe as informações sobre o seu objeto de estudo, buscando as respostas para o problema pesquisado. Diante disso, torna-se indispensável à utilização de instrumentos de pesquisa. Esses podem ser definidos como:

[...] meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas. Se uma pesquisa vai fundamentar a coleta de dados nas entrevistas, torna-se necessário pesquisar o assunto, para depois elaborar o roteiro ou formulário. Evidentemente, os

instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados. (ANDRADE, 2009, p.132-133)

Percebemos que cada pesquisa precisa de instrumentos específicos para conseguir as informações necessárias. Para esta pesquisa utilizamos dois instrumentos: a observação e a entrevista. Segundo Fonseca (2002) a observação é um instrumento básico da coleta de dados e vale salientar que:

Ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (MARCONI E LAKATOS, 2003 p.191)

A observação é um importante instrumento para o pesquisador, e apesar de ser considerada básica, ela faz toda a diferença na coleta de dados, pois o pesquisador pode observar questões que não estavam previamente definidas, podendo surgir outros elementos que ajudem a compreender o problema pesquisado. Para isso, “o pesquisador deve estabelecer um número suficiente de observações e o tempo necessário para garantir a viabilidade da pesquisa, com resultados satisfatórios”. (RODRIGUES, 2006, p.93)

Outro instrumento importante e muito utilizado na coleta de dados, é a entrevista, que pode ser definida como:

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008 p.109)

Segundo Minayo (2008) as entrevistas tem o objetivo de construir informações pertinentes para o problema de pesquisa e podem ser classificadas em: sondagem de opinião, semiestruturada, aberta ou em profundidade, focalizada e projetiva.

Notamos que a entrevista é um instrumento fundamental para ter acesso às informações necessárias para responder a questão investigada. Para esta pesquisa será utilizada a entrevista semiestruturada, “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2008, p.64).

4.4 Procedimentos

Neste item apresentamos as etapas relativas à coleta de dados. Os dados coletados para a realização da pesquisa ocorreram entre setembro e outubro de 2019, em momentos distintos. O primeiro contato com a instituição campo de pesquisa ocorreu na primeira semana de setembro e teve o intuito de apresentar a proposta da pesquisa e os objetivos, além de conhecer um pouco da estrutura física e dos sujeitos que ali atuam.

No segundo contato, que ocorreu dia 21 de outubro de 2019, o objetivo foi realizar a entrevista com a única professora da instituição que leciona nos dois turnos. No dia marcado estava havendo ensaios para a apresentação de um projeto voltado para o resgate e a valorização da história e cultura afro-brasileira e da comunidade, que será apresentado como tema da festa de emancipação política da cidade o qual tivemos a honra de prestigiar. O projeto intitulado: “África aqui, África lá. Em Cruz da Menina, resistência há” que será apresentado na forma de musical tem o objetivo de resgatar elementos da história e cultura afro-brasileira para retratar a história da comunidade. Com oficinas de dança, música e teatro, tem a participação dos alunos da escola e de pessoas da comunidade.

Aproveitamos à visita para conhecer um pouco mais o espaço físico, principalmente a sala de aula, já que no primeiro contato os alunos estavam em aula. Para isso, utilizamos a observação que ocorreu de forma simples. Podemos notar que a sala de aula é ampla e tem na decoração elementos da cultura afro-brasileira expostos, percebemos, que há uma preocupação em manter esses elementos, em todas as atividades expostas.

A escola não tem biblioteca, porém, na própria sala de aula tem o “cantinho da leitura” onde ficam todos os livros utilizados pelos alunos. Percebemos que poucos materiais são específicos, apenas alguns paradidáticos.

Com o objetivo de colher mais informações a respeito da instituição e o conhecimento sobre a lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola (BRASIL, 2012) e considerando que não existe uma equipe gestora na escola, marcamos uma entrevista com a Secretaria Municipal de Educação. A mesma ocorreu no dia 23 de outubro de 2019. O contato foi com o secretário adjunto, com quem já havia marcado anteriormente. A entrevista ocorreu na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). Foi uma entrevista semiestruturada, pois as perguntas já haviam sido previamente definidas, porém ao longo da entrevista surgiram outras questões que não haviam sido planejadas inicialmente e que eram importantes para responder o problema pesquisado.

4.5. Análise de dados

As análises dos dados apresentam os resultados obtidos diante do problema investigado. De acordo com Rodrigues (2006) ela organiza, apresenta e descreve os dados, ou seja, é através da análise que é possível responder as questões e entender o fenômeno estudado. Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações. (MARCONI E LAKATOS, 2003)

Analisaremos as observações e as entrevistas realizadas com a professora da escola campo de pesquisa, com o secretário adjunto de educação do município de Dona Inês e o Projeto Político Pedagógico (PPP).

4.5.1 Observações

As observações são uma técnica importante por permitir ao pesquisador ter contato com diversos elementos e com diversas questões dentro do seu campo de pesquisa.

Em relação ao ambiente físico, observamos que no mesmo existem vários elementos que remetem a cultura negra. Na sala de aula também existem vários elementos de valorização. Cada letra do alfabeto exposto na parede é representada por um elemento que faz parte da cultura afro-brasileira. Por exemplo, “A de África, B de berimbau, F de feijoada” e assim sucessivamente.

Figura 1: Entrada da escola



Fonte: A autora (2019).

Figura 2: Alfabeto exposto

Fonte: A autora (2019).

Nas observações, foi possível perceber que a escola não tem uma equipe gestora presente diariamente. Ressaltamos que para que a escola tenha um bom funcionamento e possa cumprir o seu papel de oferecer uma educação de qualidade e formar cidadãos e cidadãs conscientes e comprometidos que construa seus conhecimentos e possa utilizá-los na sociedade na qual se encontram inseridos, vários sujeitos são envolvidos. Dentre eles, a gestão escolar desempenha papel importante. Podemos afirmar que:

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento. (LUCK, 2009, p.24)

Portanto, notamos que a gestão escolar é um elemento determinante para alcançar os objetivos da instituição. Para isso é preciso que a gestão esteja comprometida com a qualidade de ensino e seja democrática, para que toda a comunidade escolar participe das tomadas de decisões, especialmente nas escolas quilombolas, onde a participação da comunidade se torna fundamental para buscar oferecer aos alunos e alunas uma educação voltada para a valorização do seu grupo racial.

4.5.2 Das entrevistas

Em relação às entrevistas, foram abordados os seguintes aspectos: organização da gestão, onde procuramos entender o motivo pelo qual não havia uma equipe gestora na escola

quilombola e como as questões eram resolvidas; O conhecimento da professora e do secretário sobre a lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. Procuramos ter conhecimento também sobre os projetos para a valorização da identidade negra e a participação da comunidade na elaboração de projetos e dos documentos oficiais da escola.

Foram feitas 13 perguntas, sendo 6 para o secretário adjunto e 7 para a professora. Para o secretário foram feitos os seguintes questionamentos: Existe uma equipe gestora na escola?; Vocês tem conhecimento sobre a lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola?; Ocorre com frequência formação continuada de professores para trabalhar com as questões étnico-raciais; Existe algum projeto voltado para a valorização da identidade negra?; Ao realizar a matrícula os pais dos alunos se autodeclararam e os declaram como negros ou não se identificam?; Como é feito o planejamento para a Escola Municipal Educador Paulo Freire? São consideradas as especificidades da comunidade onde a escola está inserida?

Para a professora os questionamentos foram: Você tem conhecimento sobre a lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola?; Os conteúdos referentes à valorização da história e cultura afro-brasileira e africana são trabalhados com frequência?; Na sala de aula você já se deparou com alguma situação de racismo entre as crianças?; A história e cultura da comunidade são trabalhadas nas aulas? Se sim, quais as estratégias utilizadas para isso?; Na elaboração do PPP ou de algum projeto a comunidade participa das tomadas de decisões e da execução?; Em relação aos materiais didáticos, eles são específicos para a educação quilombola?; Quais os principais desafios enfrentados para a implementação das leis?

Os dados obtidos serão relatados e discutidos nos subitens do capítulo a seguir. Os mesmos foram construídos a partir das questões propostas no questionário.

CAPÍTULO 5

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 E DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) que trata da obrigatoriedade de incluir a história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, promovendo a valorização da cultura negra como formadora da nossa sociedade, ainda se configura como um desafio. Mesmo depois de 16 anos de sua aprovação ainda é possível encontrar docentes e/ou gestores que não tem conhecimento suficiente para inclui-la nos currículos.

A lei 10639/03 (BRASIL, 2003) trouxe mudanças significativas para a educação nacional. Através dela foi possível pensar em propostas de valorização da cultura negra. Além disso, contribuiu para que fossem pensadas propostas específicas, a exemplo As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola (BRASIL, 2012), que representam um avanço no que tange ao direito da população quilombola ter uma educação que respeite suas especificidades.

A professora e o secretário de educação afirmaram ter conhecimento tanto sobre a lei quanto sobre as Diretrizes, como podemos observar nos relatos a seguir:

A Lei nº 10.639/03. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira dentro das disciplinas que fazem parte das grades curriculares no Fundamental e Médio. Bem como, garante as vivências do 20 de novembro, como o Dia da Consciência Negra. Sendo assim, por se tratar de uma comunidade Quilombola que atendemos crianças de Educação Infantil de 4 e 5 anos e Fundamental I de 6 a 11 anos, onde trabalhamos as vivências dos costumes culturais afrodescendente que exploramos a partir dos nossos Paradidáticos na Leitura Deleite como a Culinária; as Brincadeiras; as Danças; as Artes, etc. Adaptando as faixas e as necessidades. Respeitando assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. (Professora).

Sim, temos conhecimento. Inclusive tivemos a formação de professores recentemente. Também conhecemos as Diretrizes para a educação quilombola, na escola buscamos segui-la. São pedidos materiais específicos, o cardápio também é diferenciado. (Secretário).

Notamos que existe o conhecimento sobre a lei 10639/03 (BRASIL, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) e que elas estão presentes nos documentos oficiais da escola. Existe também, a preocupação em relação à formação continuada dos professores para trabalhar os conteúdos referentes à valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, para que não fique restrita apenas ao dia 20 de novembro, mas que sejam trabalhadas durante todo o ano letivo. Visto que,

muitos docentes que estão em sala de aula atualmente, não tiveram na sua formação inicial a preparação necessária para abordar essas questões.

Sabemos que trabalhar conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e africana é fundamental, principalmente em uma escola quilombola que tem em sua história a luta e a resistência, que precisam ser contempladas.

Na escola, os conteúdos da matriz são trabalhados de acordo com as necessidades. Abordamos a temática afrodescendente de forma transversal, em consonância com a Base Curricular e as disciplinas exploradas no decorrer da semana, já listada no Plano Bimestral. Desse modo, cada semana, procuramos garantir as vivências da temática, bem como, diariamente é registrado algo de valorização da cultura negra em sala de aula, sobretudo, exploração da beleza. (Professora)

A educação escolar quilombola precisa ser diferenciada e considerar as especificidades da comunidade onde à escola está inserida. Além disso, devido a frequente invisibilidade e desvalorização dos negros nos livros didáticos e a supervalorização da cultura eurocêntrica, é preciso que sejam enviadas para as escolas quilombolas materiais específicos que contemplem a história e cultura das comunidades. Sobre essa questão:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios também deverão assegurar, por meio de ações cooperativas, a aquisição e a distribuição de livros, obras de referência, literaturas infantil e juvenil, material didático-pedagógico e de apoio pedagógico que valorizem e respeitem a história e a cultura das comunidades quilombolas. (BRASIL, 2012 p.39)

Com relação aos materiais específicos:

Os materiais didáticos são limitados. Temos alguns paradidáticos voltados para a temática afrodescendente que a escola recebeu na Formação PENAC; Uma caixa do Projeto A Cor da Cultura com 4 DVDs e 5 livros; Contribuições que a Presidente da Associação trás de seus encontros e a Internet. (Professora).

Notamos que a escola dispõe de poucos materiais específicos para trabalhar a temática afro-brasileira e africana. Diante disso, é preciso que sejam construídos materiais na própria escola com o apoio da comunidade. Destacamos que podem ser produzidos: vídeos, fotos, livros e também utilizar recursos como: música, dança, teatro, etc.

Percebemos com as observações e relatos da docente e do secretário adjunto que há uma preocupação em garantir aos estudantes quilombolas o contato com a história e cultura da comunidade. Porém notamos que existem algumas questões que dificultam, como o fato de não ter uma equipe gestora na escola diariamente. Diante disso:

As questões são resolvidas pelo conselho escolar, que tem a professora como presidente. O que o conselho escolar não consegue resolver encaminha para o Conselho Municipal de Educação (Secretário).

Outra questão que dificulta algumas ações é o fato de ser uma turma multisseriada. A turma multisseriada representa uma dificuldade, por serem alunos de idades diferentes e em fases de aprendizagem distintas, porém fomos informados que não tem a possibilidade de formar uma só turma devido ao número de alunos ser reduzido.

5.1 A Participação da comunidade para a construção de propostas pedagógicas e do PPP

A comunidade quilombola recebe anualmente muitos fiéis da comunidade católica que fazem promessas e vão cumpri-las, essa tradição já existe a muitos anos, sendo uma das características da comunidade. Questões como essa precisam ser contempladas pela escola, afinal:

Não temos como explorar a etnia de um povo, sem partir de suas organizações. Para tanto, damos ênfase a própria História da Comunidade; O que mudou no decorrer da História; Os pontos positivos e negativos; A visitação da comunidade (Professora).

Figura 3 visita à comunidade



Fonte: A autora (2019).

Este ano a história e cultura da comunidade serão representadas por meio de um projeto intitulado “África aqui, África lá. Em cruz da menina resistência há”. O projeto conta com a participação dos alunos e de moradores da comunidade e representa um avanço principalmente para o fortalecimento da identidade. Várias oficinas estão sendo desenvolvidas trazendo diversos elementos da cultura afro-brasileira.

Este ano estamos com este projeto e a ideia é dar continuidade, estamos pensando já para o PPP de 2020 (secretário).

Figura 4: Ensaio para apresentação do projeto



Fonte: A autora (2019).

Figura 5: Apresentação da dança maculêlê



Fonte: A autora (2019)

Esse tipo de projeto é importante para valorizar a identidade negra, principalmente porque muitos dos moradores ainda não se reconhecem como negros (as), isso se dá pelo fato de não terem tido acesso à conteúdos de valorização histórica e cultural e por existirem fatores sociais que influenciam para a negação da identidade. Diante disso, alguns pais quando vão matricular os filhos negam a identidade. Sobre essa questão:

Alguns se identificam como negros, mas a maioria ainda se identifica como “pardos” percebemos que existe certo preconceito entre eles. Porém essa questão vem sendo trabalhada com frequência, principalmente pela presidente da comunidade. (Secretario).

Percebemos que muitos dos habitantes da comunidade negam a sua identidade. Infelizmente essa situação existe, pois em nossa sociedade ser negro é sinônimo de inferioridade e de direitos negados, apesar de ao longo dos anos devido à luta dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro termos avançado nessa questão, muitas ações ainda precisam ser feitas para desconstruir o racismo arraigado em nossa sociedade. Esse racismo que está presente em todas as áreas da sociedade e muitas vezes é silenciado como se não existisse, é responsável por tanta desigualdade. Por isso, destacamos que a educação escolar pode contribuir para o fortalecimento da identidade e observamos que na escola quilombola essas ações estão acontecendo.

É possível notar que existem desafios para a implementação das leis, principalmente do que tange aos recursos. Muitas vezes a falta de recursos das escolas é um dos principais motivos para que muitas ideias não sejam colocadas em prática.

Porque para cumprimento das Leis precisam garantir a chegada dos recursos para o planejamento e execução dos Projetos idealizados pela escola e comunidade. (Professora).

Como já citado, a participação da comunidade é indispensável para garantir uma educação específica para os povos quilombolas, principalmente para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) que é um documento muito importante por representar a autonomia da escola, além de orientar o seu funcionamento.

Nesse contexto, por estarmos falando da educação escolar quilombola que é um direito e precisa ser diferenciada, considerando diversos aspectos, faz necessário à participação da comunidade na sua construção, para que a educação quilombola possa ser mais que uma teoria e seja de fato um direito efetivado.

A participação da comunidade é sempre fundamental se quisermos que o trabalho tenha sucesso. A nossa escola é aberta a comunidade e executamos as atividades em parceria. A partir de Assembleias; Reuniões Bimestrais de Pais e Conselho Escolar e Extraordinárias quando há necessidades. Inclusive para planejamento e construção do PPP que geralmente iniciamos após o vinte de novembro do ano letivo, onde avaliamos o que deu certo, o que podemos melhorar e o que podemos aprimorar para o PPP de 2020. (Professora).

Portanto que não tem como proporcionar uma educação específica sem ter a participação da comunidade, o contato com o saber e a cultura popular.

5.2 Análise do Projeto Político Pedagógico

Percebemos que o PPP da escola, inclui a lei 10639/03 (BRASIL, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013). O trato das relações étnico-

raciais no currículo da escola ganha ainda mais força por meio da resolução nº 02/2016 aprovada pelo Conselho Municipal de Educação que estabelece as diretrizes curriculares municipais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas. (PPP, 2019, p.8)

O PPP da escola tem objetivos de atender as necessidades dos alunos a partir de suas realidades locais, buscando estratégias para valorizar suas culturas. A esse respeito Freire (1996) enfatiza que é dever da escola respeitar o saber dos educandos e discutir com os alunos a razão dos saberes com o ensino dos conteúdos, ou seja, é preciso valorizar a experiência de vida dos educandos.

Essa valorização do conhecimento adquirido pelos educandos por meio do saber popular é fundamental para que eles vejam sentido no que estão aprendendo, tornando a aprendizagem significativa, por isso o PPP destaca a importância do respeito aos saberes e formas de organização da comunidade.

Atualizado com a participação de toda a comunidade escolar, o PPP da escola quilombola está alinhado com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta curricular da Paraíba e aos temas locais e traz como missão principal:

Apresentar condições para que o aluno possa criar possibilidades de aprender com autonomia, agindo com responsabilidade e respeito diante da compreensão e valorização da sua realidade, na busca de uma sociedade justa e digna, adaptando-se as mudanças do mundo informatizado (Projeto Político Pedagógico, 2019, p.7).

Notamos que a escola busca formar cidadãos responsáveis e que compreendam e valorizem sua realidade. O PPP apresenta conteúdos ligados à história e cultura africana, assim como também traz outros conhecimentos necessários, baseando-se pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É preciso que as crianças tenham contato com essas questões para assim, fortalecer o respeito e orgulho pela identidade negra.

Em relação à participação da família o PPP destaca a importância de família e escola estarem engajadas para que os alunos possam ter uma boa aprendizagem. A esse respeito salienta que:

Nos tempos atuais, a escola sozinha não é suficiente para garantir um bom rendimento escolar dos educandos, por outro lado, os pais sozinhos também, não conseguem oferecer educação integral para crianças e adolescentes. Nessa perspectiva entendemos que pais e escola devem formar uma equipe que trabalhe com base na colaboração com o objetivo de melhorar o rendimento escolar do alunado, pois o desenvolvimento humano é a base que deverá unir educadores e famílias (Projeto Político Pedagógico, 2019, p.20).

A família é o primeiro contato que os alunos têm, é com eles que aprendem valores e os primeiros conhecimentos. Ao chegar à sala de aula, os alunos já trazem conhecimentos

adquiridos nessas relações, por isso é importante à participação familiar para garantir uma boa aprendizagem.

Sabemos que, muitos pais não conseguiram concluir os estudos, nessa perspectiva é pensada a seguinte questão:

Considerando que a maioria dos pais ou responsáveis que compõem a comunidade escolar não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental, considerando, ainda, que grande parte é composta por agricultores de subsistência que depende, diretamente, dos programas sociais do governo federal para sobreviver, a escola conduzirá um trabalho que levará em conta esta realidade. (Projeto Político Pedagógico, 2019, p.21).

Essa preocupação em relação ao nível de escolaridade dos pais dos alunos se torna necessária. São realidades que precisam ser reconhecidas e contempladas no ambiente escolar. Muitos pais, não tiveram acesso ao conhecimento formal, entretanto, trazem o aprendizado passado de geração para geração, nas relações estabelecidas na própria comunidade e por meio das atividades que realizam.

Sabemos que infelizmente, os pais que conseguiram ter acesso ao conhecimento formal, não tiveram acesso a conteúdos de valorização da identidade negra, ao contrário, tiveram contato com a história negativa, imagens estereotipadas e na maioria das vezes com situações de racismo que passaram despercebidas. Essas questões levaram esses pais a ter preconceito consigo mesmo, a se sentir inferiorizados e muitas vezes incapazes. Diante disso, faz-se necessário que a escola por meio de reuniões e/ou projetos contribua para desconstruir essa visão negativa, visto que eles exercem papel importante para que seus filhos e filhas construam imagens positivas da sua identidade.

É nesse contexto que torna-se necessário a participação de todos para desconstruir o racismo arraigado em nossa sociedade.

Desta forma, ressaltamos que o PPP da escola, visa garantir aos educandos o contato com a história e cultura afro-brasileira e da comunidade local, garantindo-lhes o direito a uma educação específica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o Brasil é considerado um país racista e desigual e que traz na sua história a marca negativa de ter sido um país onde o regime escravocrata perdurou por mais de três séculos trazendo para a população negra escravizada sofrimentos e para seus descendentes, anos de exclusão e direitos negados.

Percebemos que os negros (as) vítimas de invisibilidades e desigualdades sociais e raciais permaneceram na luta por seus direitos e pelo reconhecimento da história e cultura negra como formadora da nossa sociedade. Além disso, lutam para combater o racismo e os estereótipos atribuídos a eles.

Diante disso, a luta dos movimentos sociais e especificamente do movimento negro, despertou a necessidade de se pensar em políticas que reparassem os danos sofridos por esse grupo racial. Nesse sentido, surgiram ações como a lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) que ao instituir a obrigatoriedade de incluir de maneira positiva a história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, contribuiu para que fossem pensadas novas propostas pedagógicas que contemplem toda a importância que os negros (as) representam para o país, buscando diminuir a discriminação e o racismo. Além disso, despertou também a importância de leis específicas para buscar garantir uma educação igualitária e de qualidade.

Assim, pensar em uma educação específica para essa população pode ser considerada um passo importante, mesmo sabendo que muito ainda precisa ser feito. A Educação Escolar Quilombola, objeto de estudo desta pesquisa vem aos poucos alcançando espaço nas políticas educacionais. Percebemos que é uma discussão ainda recente e que é preciso avançar mais na construção de políticas públicas que garantam a essa população o direito de ter uma educação que valorize sua identidade, cultura e tradições.

Notamos que, a escola pesquisada busca promover aos alunos o contato com a sua realidade para que assim, eles construam conhecimentos e possam utilizá-los no contexto onde estão inseridos, sendo cidadãos atuantes na luta pela garantia de direitos. Para isso, as leis como a 10.639/03 (BRASIL, 2003) são inseridas com o intuito de que os alunos possam reconhecer a importância do seu povo, sentindo orgulho de suas origens. Para isso, os conteúdos da matriz africana são trabalhados principalmente no sentido de explorar a beleza física e cultural e buscam respeitar o parecer CNE/CEB 16/2012 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Neste sentido podemos afirmar que a escola esta cumprindo o seu papel.

Portanto, compreende-se que a escola está atuando para que as diferenças possam ser respeitadas e que a cultura negra seja valorizada. Percebemos também que, a história e cultura da comunidade estão sendo trabalhadas em sala de aula cumprindo o compromisso de garantir uma aprendizagem contextualizada e significativa, aproximando os conteúdos trabalhados com a realidade dos educandos.

Para isso, são utilizadas como estratégias a participação da comunidade e da família, além de recursos como: música, teatro e dança. Portanto, percebemos avanços significativos que precisam continuar acontecendo e para isso é preciso que mais recursos cheguem á escola, para que assim, os projetos pensados pela escola e pela comunidade sejam idealizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução á metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas,2009.

_____. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal,1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

_____.**Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Escolar Quilombola**. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília: Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica (CNE/CEB).

_____.**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 9.394 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação nas Relações Étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Africana. Brasília: Mec, 2003.

_____. **Lei nº 12.519 de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, 2011.

_____. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Saberes e Fazeres Afro-brasileiros na Formação Continuada de professores/as e a construção da Educação Escolar Quilombola**. UEPB: Guarabira,2019.

CONCEIÇÃO, Lucineide Inácio da. **Educação escolar quilombola: um olhar sobre a implementação das diretrizes da educação quilombola e suas implicações no currículo da E.M.E.F Firmo Santino da Silva**. Guarabira, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para os negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**. n.29, jan.-/ago., 2005 pp. 164-176. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27502913>> Acesso em: 29 nov. 2019.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Ceará: UECE, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

_____, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-umdiscuss%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 18 out. 2019.

_____, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V.27, n.1, p.109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971>>. Acesso em: 24 set. 2019.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: editora positivo, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: Munanga Kabengele. (org) **Superando o Racismo na Escola**. 2º Ed. rev. Brasília: SECAD, 2005 p.69-82.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as (ABPN)**, [S.I], v.8, n.19, p.121-139, jun.2016. Disponível em:<<http://www.abpnrevista.or.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/28>>. Acesso em: 06 set.2019.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SILVA, Cícero Pedroza da. **Comunidades quilombolas: práticas pedagógicas de cultura popular na perspectiva da educação popular no litoral sul da Paraíba**. João Pessoa: UEPB, 2014.

SILVA, Delma Josefa da. **Educação quilombola: um direito a ser efetivado**. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire; Instituto Samaúma, 2007.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: Munanga Kabengele. (org) **Superando o Racismo na Escola**. 2º Ed. rev. Brasília: SECAD, 2005. p. 21-37.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. INOVAÇÕES E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UMA RELAÇÃO REGULATÓRIA OU EMANCIPATÓRIA?. **Cadernos Cedes**, v.23 n.61, p.267-281, dez.2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 out. 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III**

**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**DISCENTE: Maria do Livramento Reis da Silva
ORIENTADORA: Sheila Gomes de Melo**

ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 1- Existe uma equipe gestora na escola?
- 2- Vocês tem conhecimento sobre a lei 10639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola ?
- 2- Ocorre com frequência formação continuada de professores para trabalhar com as questões étnico-raciais?
- 3- Existe algum projeto voltado para a valorização da identidade negra?
- 4- Ao realizar a matrícula os pais dos alunos se autodeclararam e os declaram como negros ou não se identificam?
- 5- Como é feito o planejamento para a Escola Municipal Educador Paulo Freire? São consideradas as especificidades da comunidade onde a escola está inserida?

ENTREVISTA COM A PROFESSORA

- 1- Você tem conhecimento sobre a lei 10639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola?
- 2- Os conteúdos referentes à valorização da história e cultura afro- brasileira e africana são trabalhados com frequência?
- 3- Na sala de aula você já se deparou com alguma situação de racismo entre as crianças?
- 4- A história e cultura da comunidade são trabalhadas nas aulas? Se sim, quais as estratégias utilizadas para isso?
- 5- Na elaboração do PPP ou de algum projeto a comunidade participa das tomadas de decisões e da execução?
- 6- Em relação aos materiais didáticos, eles são específicos para a educação quilombola?

7- Quais os principais desafios enfrentados para a implementação das leis?